

Relatório da Administração 2018

Prezados Acionistas,
Atendendo as disposições legais e estatutárias a Administração da Pamplona Alimentos S.A. submete à apreciação dos Senhores o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras (DFs) da Companhia juntamente com o relatório dos Auditores Independentes, referente ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018. Estas DFs foram preparadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil, segundo as orientações do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC). No ano de 2018 ocorreram importantes e significativos acontecimentos para o setor do agronegócio, que enfrentou acentuada crise tanto no mercado nacional como no internacional, o que comprometeu o desempenho da Pamplona Alimentos S.A. Mesmo diante das adversidades a Companhia continuou a implementar ações para preservar e garantir a sustentabilidade dos seus negócios a longo prazo, através do incremento das vendas de produtos com maior valor agregado, na busca de oportunidades de redução de custos, com o aumento da eficiência operacional e mantendo o foco na gestão de caixa e das dívidas. A Pamplona Alimentos S.A. ampliou a sua produção com o lançamento de novos produtos fatiados e porcionados, adaptando seu portfólio para competir e atuar de maneira diferenciada, reforçando a equipe de vendas e as campanhas de marketing ao longo do ano, participando de importantes feiras, criando novas oportunidades onde já atua e buscando novos mercados. A intensificação destes esforços, com adoção de medidas adequadas, evidencia o acerto da estratégia, que aponta um crescimento nas vendas de produtos processados em diversos canais nas regiões Sul e Sudeste, atingindo, com estes produtos, 48% da receita operacional bruta (ROB), (41% em 2017). Para isto a Companhia tem investido fortemente nos

processos fabris, para atingir o mais alto patamar de excelência em qualidade e segurança de alimentos e manter a posição das suas marcas num cenário desafiador e altamente competitivo nos mercados onde atua. Seguindo o seu plano de crescimento e expansão iniciado em 2013, com base num planejamento estratégico forte e sustentável, a Pamplona Alimentos S.A. sintetiza seus objetivos em direcionamentos: 1) no aumento da capacidade de produção de produtos processados; 2) na modernização e atualização do parque fabril com tecnologias de ponta; 3) na preparação para um novo ciclo de crescimento pós-crise. Investimentos para a modernização e expansão da capacidade produtiva com consequentes ganhos de produtividade nos produtos embutidos, porcionados e fatiados, financiados pelo BNDES e no desenvolvimento de novas linhas de genética de suínos, financiados pela FINEP são alguns dos exemplos do posicionamento firme da Companhia em atingir seus objetivos. Destacam-se neste ano os avanços na governança e sustentabilidade da Pamplona Alimentos S.A., com a publicação do primeiro relatório de sustentabilidade seguindo as diretrizes internacionais da GRI (Global Reporting Initiative), e com a estruturação do sistema de compliance, passos significativos em busca da estruturação de mecanismos de ética, transparência e prestação de contas da Companhia. No mês de maio de 2018 a Pamplona Alimentos S.A. comemorou 70 anos de atividades. As celebrações mostraram muitos dos desafios e das conquistas da Companhia ao longo do tempo. Os saudosos fundadores Lauro e Ana Pamplona apontaram o caminho do trabalho, da honestidade e da dedicação, que vem sendo trilhado pela Companhia. Ensinaram também que nos momentos difíceis é que se tem a oportunidade de crescer. Com o turbulento cenário econômico, que marcou desfavoravelmente o ano, a performance da

Pamplona Alimentos S.A. passou por seu pior momento fortemente impactada: a) pelo excesso de oferta e fechamento do seu principal mercado exportador de suínos; b) pela redução dos preços no mercado externo; c) pela greve dos caminhoneiros que gerou elevadas perdas em toda a cadeia produtiva e aumentou os valores dos fretes *inbound* e *outbound*; d) pelo longo período de recessão originado pelo alto desemprego e pela queda de confiança, que geraram maior contenção de gastos das famílias que passaram a optar por outras proteínas e/ou produtos de menor valor agregado; e, e) pelo aumento do preço das *commodities* (milho e soja) que elevaram o custo do suíno próprio. No contexto desses desafios a receita operacional bruta (ROB) da Companhia atingiu R\$ 1.098 milhões (R\$1.140 milhões em 2017), prejudicada pela continuada desaceleração da economia e pelo declínio de preços das carnes ao longo do ano que refletiram numa menor atividade. Os custos foram impactados pela instabilidade de preços das principais *commodities* (milho e soja), não sendo repassados aos preços nos diversos canais e/ou mercados em razão da baixa demanda, ocasionando assim uma redução na margem bruta. Dentre os resultados operacionais e financeiros da Pamplona Alimentos S.A. no ano de 2018 destacase o EBITDA ajustado que no período apresentou queda, R\$ 6,7 milhões, (margem de 0,70%), (7,21% em 2017), resultando num prejuízo de R\$ 35,9 milhões (margem de -3,75%), (3,62% em 2017), em consequência da crise econômica e da menos valia dos ativos biológicos (CPC 29). Ressalta-se, que apesar do cenário macroeconômico desafiador a Companhia manteve os investimentos em imobilizado que objetivaram a modernização das fábricas e dos processos industriais e agropecuários, elevando assim a capacidade de atender as exigências dos mercados, totalizando R\$ 24,3 milhões, (R\$ 17,1 milhões em

2017). A dívida líquida financeira que tem características de longo prazo cresceu em razão do desempenho financeiro e da política de investimentos, encerrando o ano com R\$ 249 milhões, (R\$ 174 milhões em 2017). Entendemos que 2019 ainda será um ano de incertezas, apesar da redução do desemprego, da retomada do consumo das famílias e do consequente crescimento das vendas, pois exigirá cautela, austeridade e um planejamento criterioso, para proporcionarmos aos nossos acionistas e ao mercado o desempenho desejado. Estamos convencidos de que temos os alicerces necessários para nossa sustentação, assim como o potencial para inovar, que garantirão nosso sucesso em médio e longo prazo. A palavra-chave será eficiência, engajando todos na concretização do crescimento da Pamplona Alimentos S.A. com a recuperação da lucratividade, com foco constante no respeito às pessoas e à integridade em todas as nossas atividades e resultados, legado dos nossos fundadores. Informamos que será submetida à deliberação dos acionistas, em Assembleia Geral Ordinária, prevista para o dia 23 de Abril de 2019, a proposta da Administração a respeito da destinação do prejuízo de R\$ 35,9 milhões do exercício de 2018, para que seja absorvido em R\$ 34,1 milhões pelas reservas de lucros e em R\$ 1,8 milhões pela realização do ajuste de avaliação patrimonial. A Administração da Pamplona Alimentos S.A. agradece especialmente o trabalho, a dedicação e o empenho de seus 2.811 profissionais na produção de alimentos de excelente qualidade, o apoio dos seus acionistas e das instituições financeiras e, a confiança dos nossos clientes, integrados, fornecedores e prestadores de serviços, por acreditarem e darem suporte ao nosso crescimento, visando oferecer sempre produtos práticos e saudáveis.

A Administração
Rio do Sul, 19 de março de 2019

Balanços patrimoniais | Em 31 de dezembro de 2018 e 2017

(Em milhares de Reais)

Ativo	Nota	2018	2017	Passivo	Nota	2018	2017
Circulante				Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	4	37.824	57.210	Financiamentos e empréstimos	12	191.057	145.322
Contas a receber de clientes	5	125.788	116.388	Fornecedores		97.997	97.207
Estoques	6	70.700	61.111	Salários, encargos e contribuições sociais		16.656	18.768
Ativos biológicos	7	93.658	105.295	Obrigações tributárias		5.319	6.235
Impostos a recuperar	9	55.307	61.212	Comissões a pagar		2.603	2.473
Outras contas a receber		5.466	2.798	Dividendos e juros sobre o capital próprio	14	—	1.500
Total do ativo circulante		388.743	404.014	Outras contas a pagar		8.392	6.683
Não circulante				Total do passivo circulante		322.024	278.188
Depósitos judiciais	8	9.159	8.881	Não circulante			
Impostos a recuperar	9	26.524	26.419	Financiamentos e empréstimos	12	95.566	85.631
Ativos biológicos	7	13.410	14.797	Provisão para contingências	8	31.613	29.913
Outras contas a receber		1.125	2.036	Imposto de renda e contribuição social diferidos líquidos	10	893	25.693
Total do realizável a longo prazo		50.218	52.133	Outras contas a pagar		5.283	5.070
Propriedades para investimentos		4.319	3.069	Total do passivo não circulante		133.355	146.307
Intangível		2.945	3.166	Patrimônio líquido			
Imobilizado	11	299.767	292.655	Capital social	13.a	168.390	155.000
Total do ativo não circulante		357.249	351.023	Ajuste de avaliação patrimonial	13.b	73.535	75.378
Total do ativo		745.992	755.037	Dividendos adicionais propostos	14	—	2.000
				Reservas de lucros	13.c	48.688	98.164
				Total do Patrimônio líquido		290.613	330.542
				Total do passivo e patrimônio líquido		745.992	755.037

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017

(Em milhares de Reais)

Nota	Reservas de lucros				Dividendos adicionais propostos	Resultado acumulado	Total do patrimônio líquido
	Capital social	Ajuste de avaliação patrimonial	Reserva legal	Reserva de retenção de lucros			
Saldos em 31 de dezembro de 2016	146.000	77.247	6.784	67.570	—	—	297.601
Integralização de capital	13.a	9.000	—	—	—	9.000	9.000
Realização do custo atribuído	13.b	—	(2.832)	—	—	2.832	—
Imposto de renda e contribuição social sobre realização do custo atribuído	13.b	—	963	—	—	(963)	—
Juros sobre o capital próprio	14	—	—	—	—	(12.600)	(12.600)
Dividendos adicionais	14	—	—	—	2.000	(2.000)	—
Resultado do exercício	—	—	—	—	—	36.541	36.541
Constituição de reserva legal	—	—	1.827	—	—	(1.827)	—
Constituição de reserva de lucros	—	—	—	21.983	—	(21.983)	—
Saldos em 31 de dezembro de 2017	155.000	75.378	8.611	89.553	2.000	—	330.542
Integralização de capital com dividendos adicionais propostos	13.a	2.000	—	—	(2.000)	—	—
Integralização de capital com juros sobre o capital próprio creditados aos acionistas	13.a	11.390	—	—	—	—	11.390
Realização do custo atribuído	13.b	—	(2.793)	—	—	2.793	—
Imposto de renda e contribuição social sobre realização do custo atribuído	13.b	—	950	—	—	(950)	—
Juros sobre o capital próprio creditados aos acionistas	14	—	—	(13.400)	—	—	(13.400)
Distribuição de reserva de lucros	14	—	—	(2.000)	—	—	(2.000)
Resultado do exercício	—	—	—	—	—	(35.919)	(35.919)
Absorção do prejuízo apurado no exercício	13.c (iii)	—	—	(34.076)	—	34.076	—
Saldos em 31 de dezembro de 2018	168.390	73.535	8.611	40.077	—	—	290.613

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais)

1. I CONTEXTO OPERACIONAL

A Pamplona Alimentos S.A., fundada em 1948, atua no segmento agroindustrial, com o abate de suínos, no processamento e industrialização da carne suína, bovina e na fabricação de rações. Possui duas plantas industriais para a produção de carnes, uma planta produtiva de rações, duas casas de carnes e sete granjas de produção de suínos, localizadas no estado de Santa Catarina, e uma unidade industrial terceirizada de embutidos em Estação, no estado do Rio Grande do Sul. Dispõe de nove centros de distribuição, dois localizados em Santa Catarina, dois em São Paulo e um nos estados de Minas Gerais, Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul, Paraná e Bahia. Suas atividades estão organizadas em dois segmentos: no mercado nacional, onde atua desde sua fundação; e, no mercado externo desde 1996. Com as marcas Pamplona, Riosul, Saudável e Paraná, posiciona-se com os seus produtos entre as principais Companhias no segmento da agroindústria brasileira. Com o foco voltado aos clientes e consumidores, a Companhia respeita e adota padrões de qualidade capazes de atender aos mais criteriosos métodos de avaliação e mercados, desde o nascimento dos animais até o abate e industrialização, com acompanhamento constante e sofisticado controle de qualidade até chegar à mesa do consumidor final. A Pamplona Alimentos S.A. adota como estratégia oferecer aos seus clientes produtos com maior valor agregado, ampliando a industrialização dos produtos da linha de embutidos, temperados, salgados e defumados. Neste sentido vem modernizando e ampliando o seu parque fabril, adequando as suas unidades produtivas frigoríficas à legislação de rastreabilidade de acordo com as normas do Ministério da Agricultura.

2. I BASE DE PREPARAÇÃO

a. Declaração de conformidade: As demonstrações financeiras individuais foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. Todas as informações próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão. A emissão das demonstrações financeiras individuais foi autorizada pela diretoria em 19 de março de 2019. **b. Base de mensuração:** As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico, com exceção dos ativos biológicos mensurados pelo valor justo. **c. Moeda funcional e de apresentação:** Essas demonstrações financeiras são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Companhia. Todas as informações financeiras apresentadas em Real foram arredondadas para o valor mais próximo em milhar, exceto quando indicado de outra forma. **d. Uso de estimativas e julgamento:** A preparação das demonstrações financeiras de acordo com as normas contábeis brasileiras exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir das estimativas. Estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no período em que as estimativas são revisadas e em quaisquer períodos futuros afetados. As informações sobre julgamentos críticos referente às políticas contábeis adotadas que apresentaram efeitos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras estão incluídas nas seguintes notas explicativas: **• Nota 5 - Provisão para créditos de liquidação duvidosa;** **• Nota 7 - Ativos**

Demonstrações de resultados

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017

(Em milhares de Reais)

	Nota	2018	2017
Receita operacional líquida	16	956.991	1.009.272
Custo dos produtos vendidos	17	(877.611)	(830.251)
Lucro bruto		79.380	179.021
Outras (despesas) receitas operacionais			
Vendas	17	(105.415)	(95.404)
Administrativas e gerais	17	(15.001)	(14.120)
Outras (despesas) receitas operacionais		1.350	(363)
Resultado antes do resultado financeiro		(39.686)	69.134
Resultado financeiro			
Receitas financeiras	18	19.072	16.421
Despesas financeiras	18	(40.300)	(37.956)
Resultado antes do imposto de renda e da contribuição social		(60.914)	47.599
Imposto de renda e contribuição social			
Corrente	10	—	(7.257)
Diferido	10	24.995	(3.801)
Resultado do exercício		(35.919)	36.541

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Demonstrações do valor adicionado

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017

(Em milhares de Reais)

	2018	2017
Receitas		
Vendas de mercadorias, produtos e serviços	1.073.022	1.115.057
Outras receitas	3.911	2.217
Provisão para créditos de liquidação duvidosa - Reversão (constituição)	(923)	(1.284)
Insumos adquiridos de terceiros		
Custos dos produtos, das mercadorias e dos serviços vendidos	(755.452)	(632.292)
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	(123.924)	(185.070)
Valor adicionado bruto	196.634	298.628
Depreciação, amortização e exaustão	(16.455)	(15.836)
Valor adicionado líquido gerado pela Companhia	180.179	282.792
Valor adicionado recebido em transferência		
Receitas financeiras	19.072	16.421
Outras	8	11
Valor adicionado total a distribuir	199.259	299.224
Distribuição do valor adicionado		
Empregados		
Remuneração direta	85.210	82.072
Benefícios	1.351	1.277
FGTS	9.399	7.555
Tributos		
Federais	12.133	53.717
Estaduais	85.054	78.611
Municipais	202	170
Remuneração de capitais de terceiros		
Juros	40.300	37.956
Aluguéis	1.529	1.325
Remuneração de capitais próprios		
Resultado do exercício	(49.319)	23.941
Juros sobre o capital próprio	13.400	12.600
Valor adicionado atribuído	199.259	299.224

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

biológicos; **• Nota 8 -** Depósitos judiciais e provisões para contingências; **• Nota 10 -** Imposto de renda e contribuição social correntes e diferidos líquidos; **• Nota 11 -** Imobilizado.

3. I PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS

Mudanças nas principais políticas contábeis: A Companhia aplicou inicialmente o CPC 47/IFRS 15 e CPC 48/IFRS 9 a partir de 1º de janeiro de 2018, os quais não afetaram materialmente as demonstrações financeiras da Companhia. Devido aos métodos de transição escolhidos pela Companhia na aplicação dessas normas, as informações comparativas dessas demonstrações financeiras não foram representadas para refletir os requerimentos das novas normas. Outras novas normas também entraram em vigor a partir de 1º de janeiro de 2018, mas também não afetaram materialmente as demonstrações financeiras da Companhia. As políticas contábeis, descritas em detalhes a seguir, têm

Demonstrações dos fluxos de caixa - Método indireto

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017

(Em milhares de Reais)

	2018	2017
Fluxos de caixa das atividades operacionais		
Resultado do exercício	(35.919)	36.541
Ajustes para conciliar o resultado às disponibilidades geradas pelas atividades operacionais:		
Depreciação e amortização	16.455	15.836
Impostos diferidos	(24.800)	3.801
Resultado na venda e baixa de ativo imobilizado	996	1.975
Provisão para contingências (constituição líquida de reversão)	1.700	1.087
Ajuste de valor justo de investimento	(1.250)	(820)
Ajuste de valor justo de ativo biológico	29.460	(12.458)
Juros e variação cambial não realizadas	19.514	23.819
	6.156	69.781

Variações nos ativos e passivos

Contas a receber de clientes	(9.400)	(5.910)
Estoques	(9.589)	(10.003)
Ativos biológicos	(16.436)	1.883
Impostos a recuperar	5.800	12.345
Outras contas a receber	(1.757)	237
Depósitos judiciais	(278)	(2.541)
Fornecedores	790	377
Contas a pagar e comissões	2.052	1.823
Obrigações tributárias	(916)	82
Salários, encargos e contribuições sociais	(2.112)	3.565

Caixa líquido (usado nas) proveniente das atividades operacionais (25.690) 71.639

Fluxos de caixa das atividades de investimentos

Aquisição de ativo imobilizado	(24.150)	(16.852)
Aquisição de intangível	(192)	(309)

Caixa líquido usado nas atividades de investimentos (24.342) (17.161)

Fluxos de caixa das atividades de financiamentos

Juros pagos por empréstimos	(19.540)	(20.897)
Empréstimos tomados	236.606	216.415
Pagamentos de empréstimos	(180.910)	(213.805)
Dividendos e juros sobre o capital próprio pagos	(5.510)	(3.514)

Caixa líquido proveniente dos (usado nas) atividades de financiamentos 30.646 (21.801)

(Redução) aumento de caixa e equivalentes de caixa (19.386) 32.677

Demonstração do aumento do caixa e equivalentes de caixa

No início do exercício	57.210	24.533
No fim do exercício	37.824	57.210

Notas explicativas às demonstrações financeiras

resultantes na reconstrução são reconhecidas no resultado. Itens não monetários que sejam medidos em termos de custos históricos em moeda estrangeira são convertidos para taxa de câmbio apurada na data da transação. **b. Redução ao valor recuperável:** (i) **Ativos financeiros (incluindo recebíveis):** Um ativo financeiro não mensurado pelo valor justo por meio do resultado é avaliado a cada data de apresentação para apurar se há evidência objetiva de que tenha ocorrido perda no seu valor recuperável. Um ativo tem perda no seu valor recuperável se uma evidência objetiva indica que um evento de perda ocorreu após o reconhecimento inicial do ativo, e que aquele evento de perda teve um efeito negativo nos fluxos de caixa futuros projetados que podem ser estimados de uma maneira confiável. A evidência objetiva de que os ativos financeiros perderam valor pode incluir ou não o pagamento ou atraso no pagamento por parte do devedor, a reestruturação do valor devido e indicações de que o devedor ou emissor entrará em processo de falência. Uma redução do valor recuperável com relação a um ativo financeiro medido pelo custo amortizado é calculada como a diferença entre o valor contábil e o valor presente dos futuros fluxos de caixa estimados descontados à taxa de juros efetiva original do ativo. As perdas são reconhecidas no resultado e refletidas em uma conta de provisão contra recebíveis. Os juros sobre o ativo que perdeu valor continuam sendo reconhecidos através da reversão do desconto. Quando um evento subsequente indica reversão da perda de valor, a diminuição na perda de valor é revertida e registrada no resultado. (ii) **Ativos não financeiros:** Os valores contábeis dos ativos não financeiros como estoques e imobilizado, são revisados a cada data de apresentação para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, então o valor recuperável do ativo é determinado. As perdas de valor recuperável reconhecidas em períodos anteriores são avaliadas a cada data de apresentação para quaisquer indicações de que a perda tenha aumentado, diminuído ou não mais exista. Uma perda de valor é revertida caso tenha havido uma mudança nas estimativas usadas para determinar o valor recuperável. Uma perda por redução ao valor recuperável é revertida somente na condição em que o valor contábil do ativo não exceda o valor contábil que teria sido apurado, líquido de depreciação, caso a perda de valor não tivesse sido reconhecida. **c. Instrumentos financeiros (Política aplicável a partir de 1º de janeiro de 2018):** (i) **Ativos financeiros não derivativos reconhecimento e mensuração:** Os ativos financeiros são reconhecidos inicialmente e mensurados de acordo com a classificação dos instrumentos financeiros nas seguintes categorias: (i) custo amortizado; (ii) valor justo por meio de resultado abrangente; e (iii) valor justo. Para definir a classificação dos ativos financeiros de acordo com a norma CPC 48 / IFRS 9, a Companhia avaliou o modelo de negócio no qual o ativo financeiro é gerenciado e suas características de fluxos de caixa contratuais. A Companhia reconhece os empréstimos, recebíveis e depósitos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos financeiros (incluindo os ativos designados pelo valor justo por meio do resultado) são reconhecidos inicialmente na data da negociação na qual a Companhia se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento. A Companhia baixa um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando transfere os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação no qual essencialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos. Os ativos financeiros mantidos pela Companhia em 31 de dezembro de 2018 são classificados da seguinte forma: **Custo amortizado:** Ativos financeiros mantidos pela Companhia para obter fluxos de caixa contratuais decorrentes do valor do principal e juros, quando aplicável. Esses ativos são subsequentemente mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos (quando aplicável) e são avaliados por **impairment** a cada data de balanço. A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e o **impairment** são reconhecidos no resultado, bem como qualquer ganho ou perda no desreconhecimento. São classificadas nessa categoria caixa e equivalentes de caixa, contas a receber de clientes, outros ativos, com as variações reconhecidas no resultado financeiro. (ii) **Passivos financeiros não derivativos:** A Companhia reconhece títulos de dívida emitidos e passivos subordinados inicialmente na data em que são originados. Todos os outros passivos financeiros (incluindo passivos designados pelo valor justo registrado no resultado) são reconhecidos inicialmente na data de negociação na qual a Companhia se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento. A Companhia baixa um passivo financeiro quando tem suas obrigações contratuais retiradas, canceladas ou pagas. A Companhia tem os seguintes passivos financeiros não derivativos: fornecedores e outras contas a pagar. Tais passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos. Os ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia tenha o direito legal de compensar os valores e tenha a intenção de liquidar em uma base líquida ou de realizar o ativo e quitar o passivo simultaneamente. **d. Caixa e equivalentes de caixa:** Compreende o saldo em caixa, os depósitos bancários à vista e as aplicações financeiras de curto prazo com liquidez imediata, conversíveis em um montante conhecido de caixa, e com baixo risco de variação de seu valor, com vencimento no prazo de três meses ou menos a contar da data da contratação da operação. As aplicações financeiras são registradas pelo valor de aquisição acrescido dos rendimentos auferidos até as datas dos balanços, os quais se aproximam de seu valor justo e não excedem o seu valor de mercado ou de realização. **e. Contas a receber de clientes:** As contas a receber de clientes são registradas pelo valor faturado, ajustado ao valor presente (nota explicativa 5). As perdas de créditos esperadas foram constituídas em montante considerado suficiente pela administração para fazer face às eventuais perdas na realização dos créditos. **f. Estoques:** Os estoques de matérias-primas, materiais auxiliares e almoxarifado são avaliados pelo custo médio de aquisição, que não excede o valor de mercado. O custo dos produtos acabados inclui matérias-primas, mão de obra, custo de produção, transporte e armazenagem, que estão relacionados a todos os processos necessários para a colocação dos produtos em condições de venda. **g. Ativos biológicos:** Os ativos biológicos destinados a produção (suínos vivos) foram valorizados pelo custo médio de aquisição e/ou produção, onde o valor apurado pelo método de custo por absorção não apresentaram variações significativas quando comparado com o seu valor justo (fluxo de caixa descontado), sendo aplicada a técnica de projeções dos custos aos animais vivos (ativo biológico) e das vendas destes produtos nos próximos meses, oriundos da transformação destes animais vivos. As florestas em formação estão mensuradas ao valor justo. Todas as alterações ao valor justo foram reconhecidas no resultado do exercício. **h. Imobilizado:** (i) **Reconhecimento e mensuração:** Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada e perdas de redução ao valor recuperável (**impairment**), quando aplicável. O custo inclui gastos

que são diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo. O custo de ativos construídos pela própria Companhia inclui o custo de materiais e mão de obra direta, quaisquer outros custos para colocar o ativo no local e condições necessárias para que esses, sejam capazes de operar da forma pretendida pela administração, os custos de desmontagem e de restauração do local onde estes ativos estão localizados e, quando relevantes, custos de empréstimos sobre ativos qualificáveis. Quando partes de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens individuais (componentes principais) de imobilizado. Ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado são apurados pela comparação entre os recursos advindos da alienação com o valor contábil do imobilizado, e são reconhecidos líquidos dentro de outras receitas no resultado. A diferença entre os critérios da depreciação fiscal frente a expectativa da realização pela vida útil, são controladas pela Companhia e reconhecidas os seus efeitos na apuração do imposto de renda e da contribuição social diferidos. (ii) **Custos subsequentes:** O custo de reposição de um componente do imobilizado é reconhecido no valor contábil do item caso seja provável que os benefícios econômicos incorporados dentro do componente irão fluir para a Companhia e que o seu custo pode ser medido de forma confiável. O valor contábil do componente que tenha sido reposto por outro é baixado. Os custos de manutenção no dia a dia do imobilizado são reconhecidos no resultado conforme incorridos. (iii) **Depreciação:** A depreciação é calculada sobre o valor depreciável, que é o custo de um ativo, ou outro valor substituído do custo, deduzido do valor residual. A depreciação é reconhecida no resultado baseando-se no método linear com relação às vidas úteis estimadas de cada parte de um item do imobilizado, já que esse método é o que mais perto reflete o padrão de consumo dos benefícios econômicos futuros incorporados no ativo. Ativos arrendados são depreciados pelo período que for mais curto entre o prazo do arrendamento e as suas vidas úteis, a não ser que esteja razoavelmente certo de que a Companhia irá obter a propriedade ao final do prazo do arrendamento. Terrenos não são depreciados. As vidas úteis estimadas para os bens do ativo imobilizado são:

Edifícios 25 - 30 anos
Máquinas e equipamentos 2 - 40 anos
Móveis e utensílios 10 anos
Instalações 10 - 30 anos
Veículos 5 anos
Equipamentos de processamento de dados 5 anos
Outros ativos 5 anos

Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais são revisados a cada encerramento de exercício financeiro e eventuais ajustes são reconhecidos como mudança de estimativas contábeis. **i. Propriedades para investimentos:** Representado principalmente por propriedades mantidas para valorização de capital, mas não para venda no curso normal dos negócios, utilização na produção ou fornecimento de produtos ou serviços ou para propósitos administrativos. **j. Ativos intangíveis:** A Companhia possui software, marcas e patentes registradas como ativos intangíveis. Todos possuem vidas úteis definidas e são mensurados pelo custo, deduzido da amortização acumulada. **Amortização:** Amortização é calculada sobre o custo de um ativo, ou outro valor substituído do custo, deduzido do valor residual. A amortização é reconhecida no resultado baseando-se no método linear com relação às vidas úteis estimadas de ativos intangíveis a partir da data em que estes estão disponíveis para uso, já que esse método é o que mais perto reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo. As vidas úteis dos intangíveis são amortizadas em 10 anos. **k. Benefícios de curto prazo a empregados:** Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são mensuradas em uma base não descontada e são incorridas como despesas conforme o serviço relacionado seja prestado. **l. Provisões:** Uma provisão é reconhecida, em função de um evento passado, se há uma obrigação legal ou construtiva que possa ser estimada de maneira confiável, e é provável que um recurso econômico seja exigido para liquidar a obrigação. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido. **m. Capital social: Ações ordinárias:** Ações ordinárias são classificadas como patrimônio líquido. Os dividendos mínimos obrigatórios e juros sobre capital próprio, conforme definido em estatuto e legislação vigente, são reconhecidos como passivo. **n. Receita operacional:** A Companhia adotou inicialmente o CPC 47/IFRS 15 a partir de 1º de janeiro de 2018, o qual estabelece os seguintes 5 passos para o reconhecimento de uma receita: (i) Identificar o contrato com o cliente; (ii) Identificar as obrigações de desempenho no contrato; (iii) Determinar o preço das transações; (iv) Alocar o preço da transação às obrigações de desempenho; (v) Reconhecer a receita quando cumpridas as obrigações de desempenho. Sendo assim, a receita é mensurada com base na contraprestação especificada no contrato com o cliente e é reconhecida quando os produtos são entregues e aceitos pelos clientes em suas instalações. Para contratos que permitem ao cliente devolver as mercadorias, a receita é reconhecida na medida em que seja altamente provável que uma reversão significativa no valor da receita acumulada reconhecida não ocorrerá. **o. Receitas e despesas financeiras:** As receitas financeiras abrangem substancialmente receitas de juros e ganho de variação cambial. A receita de juros é reconhecida no resultado, através do método dos juros efetivos. As despesas financeiras abrangem substancialmente despesas com juros sobre empréstimos e perdas com variação cambial. Custos de empréstimos que não são diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável são mensurados no resultado através do método de juros efetivos. Os ganhos e perdas cambiais são reportados em uma base líquida. **p. Imposto de renda e contribuição social:** O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 base anual para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais do imposto de renda e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro tributável anual. A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende o imposto de renda correntes e diferidos. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados à combinação de negócios, ou itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido. O imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber esperado sobre o lucro tributável do exercício, a taxas de impostos decretadas ou substancialmente decretadas na data de apresentação das demonstrações financeiras e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins contábeis e os correspondentes valores usados para fins de tributação. O imposto diferido é mensurado pelas alíquotas que se espera serem aplicadas às diferenças temporárias quando elas reverterem, baseando-se nas leis que foram decretadas ou substancialmente decretadas até a data de apresentação das demonstrações financeiras. Ativos de imposto de renda e contribuição social diferidos são revisados a cada

data de relatório e serão reduzidos na medida em que sua realização não seja mais provável. **q. Ajuste a valor presente:** As operações de compras e vendas a prazo, prefixadas, foram trazidas ao seu valor presente na data das transações, em função de seus prazos, com base na taxa de 0,70% a.m. Tal índice representa a taxa média de captação da Companhia. Não foram utilizadas premissas que levassem em consideração fatores de risco de crédito ou outros aspectos de risco. O prazo médio de recebimentos de contas a receber de clientes é de 31 dias, enquanto o prazo médio de pagamento de fornecedores é de 39 dias. O ajuste a valor presente de compras é registrado nas contas de fornecedores e sua reversão tem como contrapartida a conta de resultado financeiro, pela fruição de prazo no caso de fornecedores. O ajuste a valor presente das vendas a prazo tem como contrapartida a conta de clientes e sua realização é registrada no resultado financeiro pela fruição do prazo. **r. Novas normas e interpretações ainda não efetivas:** Uma série de novas normas serão efetivas para exercícios iniciados após 1º de janeiro de 2019. A Companhia não adotou/antecipou essas alterações na preparação destas demonstrações financeiras. (i) **CPC 06 (R2)/IFRS 16 - Arrendamentos:** A Companhia avaliou o potencial impacto que a aplicação inicial do CPC 06 (R2)/IFRS 16 terá sobre as demonstrações financeiras, sendo que não foram identificados ajustes significativos decorrentes dos efeitos desta norma. (ii) **Outras normas:** As seguintes normas alteradas e interpretações não deverão ter um impacto significativo nas demonstrações financeiras consolidadas da Companhia: IFRIC 23/IFRS 22 Incerteza sobre Tratamentos de Tributos sobre o Lucro; Características de Pré-Pagamento com Remuneração Negativa (Alterações nas IFRS 9); Investimento em Coligada, em Controlada e em Empreendimento Controlado em Conjunto (Alterações no CPC 18(R2)/IAS 28); Alterações no Plano, Reduções ou Liquidação do Plano (Alterações no CPC 33/IAS 19); Ciclo de melhorias anuais nas normas IFRS 2015-2017 - várias normas; Alterações nas referências à estrutura conceitual nas normas IFRS; IFRS 17 Contratos de Seguros. O Comitê de Pronunciamentos Contábeis ainda não emitiu pronunciamento contábil ou alteração nos pronunciamentos vigentes correspondentes a todas as novas IFRS. Portanto, a adoção antecipada dessas IFRS não é permitida para entidades que divulgam as suas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **s. Determinação do valor justo:** Diversas políticas e divulgações contábeis da Companhia exigem a determinação do valor justo, tanto para os ativos e passivos financeiros como para os não financeiros. Os valores justos têm sido apurados para propósitos de mensuração e/ou divulgação baseados nos métodos abaixo. Quando aplicável, as informações adicionais sobre as premissas utilizadas na apuração dos valores justos são divulgadas nas notas específicas àquele ativo ou passivo. (i) **Contas a receber de clientes e outros créditos:** O valor justo de contas a receber e outros créditos, é estimado como o valor presente de fluxos de caixa futuros, descontado pela taxa de mercado dos juros apurados na data de apresentação. (ii) **Ativos e passivos financeiros não derivativos:** O valor justo, que é determinado para fins de divulgação, é calculado baseando-se no valor presente do principal e fluxos de caixa futuros, descontados pela taxa de mercado dos juros apurados na data de apresentação das Demonstrações Financeiras.

4. I CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	2018	2017
Caixa	163	131
Bancos	10.970	2.010
Numerários em trânsito - US\$	10.125	18.208
Aplicações financeiras	16.566	36.861
Total de caixa e equivalente de caixa	37.824	57.210

As aplicações financeiras estão depositadas em Certificado de Depósito Bancário com rendimentos entre 50% a 100% da variação do CDI, sendo prontamente conversíveis em montante conhecido de caixa e estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valores e, por essas razões, foram consideradas como equivalentes de caixa nas demonstrações dos fluxos de caixa. Os numerários em trânsito referem-se às cambiais de exportações já pagas pelos clientes, cujas ordens de pagamento em moeda estrangeira ainda não foram convertidas para reais.

5. I CONTAS A RECEBER DE CLIENTES

	2018	2017
No País	83.963	87.403
No Exterior	42.210	29.454
	126.173	116.857
(-) Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(385)	(469)
	125.788	116.388

A composição do saldo de contas a receber por vencimento está demonstrada a seguir:

	2018	2017
A vencer	114.751	108.145
Vencidos há 30 dias	9.351	7.120
Vencidos de 31 a 60 dias	536	1.057
Vencidos de 61 a 90 dias	791	66
Vencidos de 91 a 180 dias	360	253
Vencidos a mais de 180 dias	384	216
	126.173	116.857

	2018	2017
(-) Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(385)	(469)
	125.788	116.388

Em 31 de dezembro de 2018 a Companhia possui recebíveis em garantia para financiamentos o montante de R\$ 32.650.

6. I ESTOQUES

	2018	2017
Produtos acabados	42.398	41.551
Produtos em elaboração	6.619	4.039
Matérias-primas	13.729	8.868
Materiais secundários	5.487	4.500
Almoxarifado	2.467	2.153
	70.700	61.111

Em 31 de dezembro de 2018 a Companhia tem a totalidade de estoques dados em garantias de financiamentos.

7. I ATIVOS BIOLÓGICOS

Os suínos e bovinos vivos foram valorizados pelo custo médio de aquisição e/ou produção (custo por absorção). As florestas foram reconhecidas ao valor justo.

	2018	2017
Suínos vivos	104.890	88.155
Bovinos vivos	172	471
Florestas	35	35
Ajuste do valor justo de ativo biológico	1.971	31.431
	107.068	120.092

	2018	2017
Ativo circulante	93.658	105.295
Ativo não circulante	13.410	14.797

O aumento de suínos vivos, deve-se: a) pela melhora do peso médio no campo; b) pelo incremento de matrizes e reprodutores; e c) elevação dos custos de produção. A expressiva redução do

ajuste ao valor justo, apurado pelo método de fluxo de caixa descontado, é consequente da queda dos preços de vendas dos produtos acabados derivados do abate de suínos e do aumento dos custos de produção. Foram classificados no ativo não circulante os ativos biológicos relativos as matrizes cuja expectativa de descarte é superior a doze meses e os reforestamentos. A Companhia possui ativos biológicos dados em garantia de financiamentos em 31 de dezembro de 2018 no montante de R\$ 2.800.

8. I DEPÓSITOS JUDICIAIS E PROVISÃO PARA CONTINGÊNCIAS

	Depósitos judiciais		Provisões para contingências	
	2018	2017	2018	2017
Tributárias	8.693	8.481	24.826	23.586
Trabalhistas	466	400	6.787	6.327
Total	9.159	8.881	31.613	29.913

A provisão para contingências é constituída para atender as prováveis perdas de processos tributários e trabalhistas, contra os quais foram interpostos recursos, e foram avaliados pelos assessores jurídicos da Companhia com probabilidade de perda provável. As movimentações da provisão para contingências nos exercícios de 2018 e de 2017 estão demonstradas a seguir:

	Trabalhistas	Tributárias	Cíveis	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2016	6.054	21.473	1.299	28.826
Adições	314	2.269	-	2.583
Baixas	(41)	(156)	(1.299)	(1.496)
Saldos em 31 de dezembro de 2017	6.327	23.586	-	29.913
Adições	538	1.240	-	1.778
Baixas	(78)	-	-	(78)
Saldos em 31 de dezembro de 2018	6.787	24.826	-	31.613

Trabalhistas: As provisões trabalhistas são constituídas com base nos processos de reclamatórias trabalhistas provenientes de processos judiciais e/ou administrativos. **Tributárias:** Referem-se basicamente a processos de compensação de créditos de PIS e COFINS. **Contingências possíveis:** A Companhia possui diversos processos no montante total estimado de R\$ 87.708 (R\$ 79.206 em 2017), cuja opinião dos assessores jurídicos é que o risco de perda é possível, não sendo necessário, portanto, registrar provisão para contingência, conforme previsto nas práticas contábeis adotadas no Brasil.

9. I IMPOSTOS A RECUPERAR

	2018	2017
ICMS	21.418	34.194
COFINS a recuperar	24.090	19.185
PI a recuperar	5.505	4.991
IPI a recuperar	52	73
Antecipações de IRPJ	21.268	20.092
Antecipações de CSLL	9.498	9.096
	81.831	87.631

	2018	2017
Circulante	55.307	61.212
Não circulante	26.524	26.419

ICMS: A Companhia acumula créditos de ICMS em razão das exportações. Houve redução significativa destes saldos credores em 2018 em função de utilização destes saldos para compensar com débitos gerados com as vendas do mercado interno, principalmente de produtos processados. Além disso, parte destes créditos foram usados para compra de matéria-prima através de processos de transferências para fornecedores ou ainda transferidos para terceiros. Para o próximo ano está previsto redução deste saldo credor pelo aumento da produção e venda de processados e pela continuidade de transferências de créditos de ICMS para terceiros. **PIS e COFINS a recuperar:** O PIS e COFINS a recuperar são procedentes de créditos das compras de insumos empregados em produtos destinados à exportação e pelas saídas isentas. O acréscimo nos saldos deveu-se pela menor compensação com tributos federais em 2018. Para o próximo ano está previsto redução deste saldo credor pelo aumento da produção e venda de processados e pela continuidade de compensação com outros tributos federais, principalmente com o INSS. **Antecipações de IRPJ e CSLL:** O acréscimo do valor referem-se às retenções na fonte sobre aplicações financeiras, antecipações do imposto de renda e contribuição social, o reconhecimento da correção pela SELIC dos pedidos de restituição de saldos negativos de anos anteriores, realizáveis mediante a compensação com impostos e contribuições federais a pagar, ou ainda através de pedido de restituição. Os valores de impostos a recuperar, cujas as expectativas de realização ultrapassam doze meses, são reconhecidos como ativo não circulante.

10. I IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL CORRENTES E DIFERIDOS LÍQUIDOS

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são registrados para refletir os efeitos fiscais futuros atribuíveis às diferenças temporárias entre a base fiscal de ativos e passivos e o seu respectivo valor contábil, e sobre o prejuízo fiscal e base negativa apurados. O imposto de renda e a contribuição social diferidos estão demonstrados a seguir:

	2018	2017
Ativo		
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	131	159
Provisão para contingências	10.340	9.762
Provisão impostos indiretos a estornar	2.781	3.858
Provisão para comissões	645	591
Provisão variação cambial passiva	52	457
Prejuízos fiscais do imposto de renda	20.161	8.163
Prejuízos fiscais base negativa de contribuição social	7.655	3.531
Provisão para participação do resultado	-	852
Acordos comerciais a pagar	880	940
Outras diferenças temporárias	3.932	3.073
	46.577	31.386

	2018	2017
Passivo		
Custo atribuído	(37.883)	(38.831)
Ajuste a valor justo de ativos biológicos	(670)	(10.686)
Ajuste a valor justo de investimentos	(704)	(279)
Provisão variação cambial ativa	-	(183)
Provisão sobre reavaliação	(2.107)	(2.255)
Ajuste depreciação fiscal e societária	(4.741)	(3.437)
Ajuste juros sobre financiamento de imobilizado	(1.126)	(1.168)
Outras diferenças temporárias	(239)	(240)
	(47.470)	(57.079)

Imposto de renda e contribuição social diferidos líquidos (893) (25.693)

Pamplona

PAMPLONA ALIMENTOS S.A.

CNPJ: 85.782.878/0001-89

☆ continuação

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

Aos Diretores e Conselheiros: Pamplona Alimentos S.A. - Rio do Sul - SC. **Opinião:** Examinamos as demonstrações financeiras da Pamplona Alimentos S.A. (Companhia), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2018 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Pamplona Alimentos S.A. em 31 de dezembro de 2018, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório dos auditores:** A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações

financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito. **Outros Assuntos: Demonstração do Valor Adicionado:** A demonstração do valor adicionado (DVA) referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2018, elaborada sob a responsabilidade da administração da Companhia, cuja apresentação não é requerida às companhias fechadas, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essa demonstração está reconciliada as demais demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essa demonstração do valor adicionado foi adequadamente preparada, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto. **Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras:** A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando,

divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. **Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: - Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. - Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria

apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia. - Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. - Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar a atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional. - Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamos com a administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Joinville, 19 de março de 2019


KPMG Auditores Independentes
CRC SC-000071/F-8

Marcelo Lima Tonini
Contador - CRC PR-045569/O-4 T-SC

pamplona.com.br

Pamplona

PARANÁ

Saudável

RioSul